



As conseqüências amargas do ajuste fiscal para preservar o real atingem até mesmo os pobres

Arrocho sem qualquer discriminação

Analistas prevêm que o primeiro semestre de 98 será marcado pela recessão

GILSON LUIZ EUZÉBIO e
AGUINALDO NOGUEIRA

NINGUÉM vai se livrar das conseqüências das amargas medidas tomadas pelo Governo para manter a estabilidade econômica: até mesmo as camadas mais pobres da sociedade, que aparentemente estariam fora do alcance do pacote fiscal, deverão ser chamadas a pagar a conta com desemprego, aumento de preços e tarifas. O primeiro semestre de 1998 será duro para todos, afirma o diretor do Banco Pontual, Carlos Guzzo. Ele prevê recessão e retomada do crescimento somente nos últimos meses do ano.

"Toda a sociedade foi penalizada, todo mundo vai pagar a conta", afirma. No primeiro semestre de 1998, o Produto Interno Bruto (PIB), soma da riqueza produzida pelo País, deve apresentar queda, com o agravamento da crise em alguns setores, como o de eletroeletrônicos e automóveis, que já vinham enfrentando queda de vendas. "O início de ano será muito difícil, agravado pela inadimplência elevada e pelo fato de que não haverá mais aumento real de renda", prevê Guzzo.

"Com a desaceleração da atividade econômica, deve aumentar o desemprego e isso afeta a vida de todo mundo", confirma Fernando Ribeiro, do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), vinculado ao Ministério do Planejamento. Inicialmente, ressalta Guzzo, o Governo tentou preservar as empresas, já muito penalizadas com as excessivas taxas de juros, fazendo o peso do pacote recair sobre as pessoas físicas. Mas com

o aumento do imposto sobre aplicações financeiras, negociado no Congresso Nacional, as empresas também foram atingidas.

"Se tem alguém se beneficiando é o setor público", afirma Ribeiro. Com o aumento de impostos, tarifas e preços públicos, o Governo determinou uma transferência de riqueza do setor privado para o setor público. Mas ele também é vítima da armadilha, reconhece Ribeiro, porque com a queda da atividade econômica cai também a arrecadação de impostos. Além disso, o aumento dos juros aumenta o custo de rolagem da dívida pública.

Mesmo que de forma indireta, todos sofrerão as conseqüências do arrocho imposto pelo Governo. O aumento da carga tributária retira do mercado o dinheiro que deveria ir para o consumo, já afetado pela elevação

das taxas de juros que encareceram as compras a prazo. Com a redução do consumo, comércio e indústria empregarão menos trabalhadores. A elevação de tarifas e preços públicos deixou a população em geral mais pobre, que terá que pagar mais caro pelos serviços, sem que tenha o correspondente aumento salarial.

Tudo isso, porém, é justificável, argumenta Ribeiro. "Se não fosse o pacote poderíamos estar numa situação muito mais difícil", diz. Ameaçado com a crise internacional, que quebrou vários países, o Brasil poderia ir pelo mesmo caminho e, inclusive, ter de volta a inflação. O Governo, porém, preferiu impor ao País perdas agora para evitar problemas maiores depois. A recessão, por exemplo, não traz benefício a ninguém, lembra Ribeiro.

O PREÇO DA ESTABILIZAÇÃO

- 1) Corte de R\$ 2,3 bilhões nos gastos de custeio e investimentos
- 2) Serviço público: funcionários públicos ficam mais um ano sem aumento, 33 mil deles podem perder o emprego, 1,7 mil ocupantes de cargos de confiança serão demitidos e só um terço das vagas serão preenchidas. Economia: R\$ 2,808 bilhões
- 3) Economia de R\$ 580 milhões com a revisão de contratos
- 4) Aumento do Imposto de Renda da pessoa física e da alíquota do IPI sobre bebidas e automóveis e revisão geral da tabela do imposto. Ganho de R\$ 1,8 bilhão
- 5) Aumento de 5% nos preços dos combustíveis, que vai render R\$ 1,16 bilhão ao Governo
- 6) Corte nos incentivos regionais e setoriais
- 7) Combate mais rigoroso do subfaturamento das importações
- 8) Ganho de R\$ 1 bilhão com a exigência que os bancos oficiais repassem ao Tesouro Nacional totalmente os dividendos
- 9) Estatais: aumento das tarifas, redução de gastos e cortes de investimentos.

O IMPACTO NO DIA-A-DIA

- 1) Ao cortar gastos de custeio e investimento, o Governo reduz a demanda de bens e serviços junto ao setor privado. Vendendo menos, as empresas privadas também reduzem seus gastos, cortando despesas de pessoal, de investimento e encomendas junto a seus fornecedores. Ou seja, cai a oferta de emprego não só nas empresas que negociam diretamente com o Governo.
- 2) Para desespero dos comerciantes do Distrito Federal, os funcionários públicos não terão aumento também em 1998, muitos serão demitidos e todos perderão vantagens. Quem não é funcionário público também pode sofrer as conseqüências, principalmente se trabalhar no comércio. O primeiro prejudicado com a medida é o comércio, que passa a vender menos. No momento seguinte, a indústria também reduz sua produção, e o emprego fica mais difícil para todos.
- 3) O aperto para reduzir os gastos com contratos pode levar as prestadoras de serviços a demitir funcionários, já que terão sua margem de lucro reduzida. O efeito é o mesmo do item anterior sobre o comércio e indústria.
- 4) O trabalhador terá maior retenção do Imposto de Renda na fonte e, com isso, terá menos dinheiro para comprar bens ou contratar serviços. Além de ter menos dinheiro disponível, ele pagará mais caro pelas bebidas e quando for trocar de carro, produtos que tiveram aumentado o seu IPI. Maior aperto financeiro provoca queda nas vendas e na produção industrial por falta de demanda.
- 5) Ao abastecer seu carro, as pessoas estarão deixando nos postos de combustíveis dinheiro que poderia ser usado para outras finalidades. O orçamento ficará mais apertado.
- 6) Embora seja questionável a eficácia dos fundos no desenvolvimento das regiões mais pobres, o corte nessas despesas pode significar retração na atividade econômica de algumas regiões e setores, com fechamento de empresas e empregos.
- 7) Ao taxar os produtos importados, que entravam no País com preços subfaturados, o Governo estará elevando os preços desses produtos ao consumidor.
- 8) Os bancos oficiais federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) terão menos dinheiro para investir e a qualidade do serviço oferecido aos clientes pode cair.
- 9) Os brasileiros ficarão com menos dinheiro no bolso depois de pagar, com aumento, contas de telefone e luz. Além disso, os cortes de gastos e investimentos podem significar piores serviços prestados à população e retração da economia, já que as empresas estatais são as principais indutoras do desenvolvimento em muitas regiões. Menos investimentos significam menos encomendas às indústrias, que compensam a queda nas vendas com corte de despesas, quase sempre com demissões.



Fundação
Universidade de Brasília



CONCURSO PÚBLICO COMUNICADO

A Fundação Universidade de Brasília - FUB, torna público a prorrogação do período de inscrição, até 20 de dezembro de 1997, do Concurso Público realizado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento para Professor Titular - DE, na Área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, objeto do Edital nº 174, publicado no DOU de 05/11/97.

Lauro Mohry
Reitor